

ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2



ORGANIZADORES

**AVELAR ALVES DA SILVA
LENNARA PEREIRA MOTA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO**



ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2



ORGANIZADORES

AVELAR ALVES DA SILVA
LENNARA PEREIRA MOTA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2 de [SCISAUDE](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/atualizacoes-em-promocao-da-saude-2/75>

2025 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2025 Os autores

Copyright da edição © 2025 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2

ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

Me. Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

<http://lattes.cnpq.br/5039801666901284>

<https://orcid.org/0000-0003-4104-6550>

Esp. Lennara Pereira Mota

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores



Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atualizações em promoção da saúde 2 [livro eletrônico] / organização Avelar Alves da Silva, Paulo Sérgio da Paz Silva Filho, Lennara Pereira Mota. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2025. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85376-61-7

1. Promoção da saúde 2. Saúde - Brasil 3. Saúde pública 4. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Silva, Avelar Alves da. II. Silva Filho, Paulo Sérgio da Paz. III. Mota, Lennara Pereira.

25-251718

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde : Promoção da saúde : Ciências médicas 613

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.20250217



978-65-85376-61-7



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

scienceesaude@hotmail.com

www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde é um pilar essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes. Com o avanço das pesquisas e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e interdisciplinares, "**Atualizações em Promoção da Saúde 2**" surge como uma obra fundamental para profissionais, pesquisadores e estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Este livro reúne uma série de estudos atualizados, abordando estratégias inovadoras, políticas públicas, desafios contemporâneos e práticas bem-sucedidas na promoção da saúde. A diversidade dos temas tratados reflete a amplitude desse campo, explorando desde a atenção primária até a implementação de tecnologias na saúde, passando por programas de prevenção, educação em saúde e análise epidemiológica.

Com uma linguagem clara e fundamentação científica rigorosa, "**Atualizações em Promoção da Saúde 2**" é uma leitura indispensável para aqueles que buscam compreender as novas tendências e contribuir para a efetivação de ações voltadas ao bem-estar da população.

Este livro não apenas compartilha conhecimento, mas também incentiva a reflexão crítica e a aplicação de estratégias baseadas em evidências para um futuro mais saudável e sustentável.

Boa Leitura!!!



Sumário

CAPÍTULO 1.....	9
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM BASEADA NA TEORIA DO AUTOUIDADO PARA PACIENTES COM EPIDERMÓLISE BOLHOSA	9
10.56161/sci.ed.20250217C1.....	9
CAPÍTULO 2.....	17
AVALIAÇÃO CLÍNICA E FARMACOTERAPÊUTICA EM ESCLEROSE MÚLTIPLA: ESTUDO DE CASO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	17
10.56161/sci.ed.20250217C2.....	17
CAPÍTULO 3.....	27
BIOTECNOLOGIA E BIOFORTIFICAÇÃO: SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA COMBATER A DEFICIÊNCIA NUTRICIONAL GLOBAL.....	27
10.56161/sci.ed.20250217C3.....	27
CAPÍTULO 4.....	36
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO DO SUS	36
10.56161/sci.ed.20250217C4.....	36
CAPÍTULO 5.....	49
SAÚDE SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA PREVENÇÃO DAS ISTs E DO HIV/AIDS.....	49
10.56161/sci.ed.20250217C5.....	49
CAPÍTULO 6.....	63
LEVANTAMENTO DOS CASOS DE LEUCEMIA NO BRASIL: EPIDEMIOLOGIA, DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	63
10.56161/sci.ed.20250217C6.....	63
CAPÍTULO 7.....	83
EFEITOS COLATERAIS ASSOCIADOS AO USO DE ANTICONCEPCIONAIS: UMA ANÁLISE DOS RISCOS NA SAÚDE FEMININA	83
10.56161/sci.ed.20250217C7.....	83
CAPÍTULO 8.....	97
ENVELHECIMENTO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS BIOPSISSOCIAIS E IMPACTOS NA SAÚDE DE IDOSOS EM VULNERABILIDADE	97
10.56161/sci.ed.20250217C8.....	97
CAPÍTULO 9.....	107
NO ENSINO SUPERIOR: REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL E NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	107



10.56161/sci.ed.20250217C9.....	107
CAPÍTULO 10.....	116
IMPACTOS EPIDEMIOLÓGICOS DE DESASTRES NATURAIS HÍDRICOS NA SAÚDE PÚBLICA	116
10.56161/sci.ed.20250217C10.....	116
CAPÍTULO 11.....	128
USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	128
10.56161/sci.ed.20250217C11.....	129
CAPÍTULO 12.....	141
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SAÚDE DA MULHER: RISCOS, PROTEÇÃO E REPERCUSSÕES FÍSICAS E MENTAIS	141
10.56161/sci.ed.20250217C12.....	141
CAPÍTULO 13.....	150
POTENCIAL BIOINSETICIDA GÊNERO <i>Eugenia</i> L. (MYRTACEAE) FRENTE A <i>Aedes aegypti</i> (DIPTERA: CULICIDAE): UMA REVISÃO	150
10.56161/sci.ed.20250217C13.....	150
CAPÍTULO 14.....	161
ANÁLISE <i>IN SILICO</i> DO POTENCIAL ANTI-SARS-COV-2 DOS COMPOSTOS MAJORITÁRIOS DO ÓLEO ESSENCIAL DAS FOLHAS DE AROEIRA (<i>Myracrodruon urundeuva</i>)	161
10.56161/sci.ed.20250217C14.....	161
CAPÍTULO 15.....	170
ASSOCIAÇÃO ENTRE A SÍNDROME METABÓLICA E A DOENÇA DE ALZHEIMER.....	170
10.56161/sci.ed.20250217C15.....	170
CAPÍTULO 16.....	180
CARACTERÍSTICAS DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL: UMA REVISÃO DO DIAGNÓSTICO AO TRATAMENTO	180
10.56161/sci.ed.20250217C16.....	180
CAPÍTULO 17.....	193
FUNGOS CONTRA O CÂNCER: EXPLORANDO NOVAS ALTERNATIVAS TERAPÊUTICAS PARA O CÂNCER DE MAMA	193
10.56161/sci.ed.20250217C17.....	193
CAPÍTULO 18.....	206
AValiação e INTERVENÇÃO DE ENFERMAGEM EM CASOS DE ABUSO INFANTIL	206
10.56161/sci.ed.20250217C18.....	206
CAPÍTULO 19.....	216



GARANTINDO A SEGURANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SOCORROS	216
10.56161/sci.ed.20250217C19.....	216
CAPÍTULO 20.....	226
RISCO DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO EM MÃES DE PREMATUROS EM UTIN: UMA REVISÃO DE ESCOPO	226
10.56161/sci.ed.20250217C20.....	226
CAPÍTULO 21.....	242
O PAPEL DA FAMÍLIA E DO MEIO SOCIAL NA ADESÃO À POLIQUIMIOTERAPIA – REVISÃO INTEGRATIVA	242
10.56161/sci.ed.20250217C21.....	242
CAPÍTULO 22.....	253
PHOTOVOICE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO USO DO MÉTODO COM MÃES ADOLESCENTES DE PREMATUROS	253
10.56161/sci.ed.20250217C22.....	253
CAPÍTULO 23.....	266
ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DO SOBREPESO E OBESIDADE NA APS: EXPÊRIÊNCIA DE SAÚDE EM BRASILEIA-AC	266
10.56161/sci.ed.20250217C23.....	266
CAPÍTULO 24.....	275
PREVENÇÃO E ATUALIZAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE CÁLCIO POR GESTANTE	275
10.56161/sci.ed.20250217C24.....	275
CAPÍTULO 25.....	282
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL.....	282
10.56161/sci.ed.20250217C25.....	282
CAPÍTULO 26.....	296
A PRÁTICA DO ENFERMEIRO NA INSERÇÃO E MANUTENÇÃO DO PICC EM PEDIATRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS ASSISTENCIAIS	296
10.56161/sci.ed.20250217C26.....	296





CAPÍTULO 1

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM BASEADA NA TEORIA DO AUTOCUIDADO PARA PACIENTES COM EPIDERMÓLISE BOLHOSA

NURSING CARE BASED ON THE THEORY OF SELF-CARE FOR PATIENTS WITH EPIDERMOLYSIS BULLOSA

 10.56161/sci.ed.20250217C1

Ana Maria Lima Dourado

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0001-5184-7602>

Marianna Silva de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0008-6359-8456>

Thayslane de Oliveira Brandão

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0000-3913-3925>

Leyla Gerlane de Oliveira Adriano

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0000-0003-4049-0123>

RESUMO

OBJETIVO: Investigar as intervenções de enfermagem baseadas na Teoria do Autocuidado de Orem aplicadas a pacientes com Epidermólise Bolhosa. **METODOLOGIA:** Estudo reflexivo de caráter qualitativo fundamentado na Teoria do Autocuidado, abordando as contribuições de enfermagem para o cuidado de pacientes com Epidermólise Bolhosa. **RESULTADOS:** A teoria do autocuidado interligada às intervenções de enfermagem, fomenta uma estrutura sólida para melhoria da qualidade de vida dos pacientes, focando na capacitação e autonomia dos indivíduos no manejo diário da condição. **CONCLUSÃO:** Portanto, os cuidados prestados pela equipe de enfermagem, baseados na Teoria do Autocuidado, contribuem para o bem-estar do paciente e para o fortalecimento da capacidade de enfrentar os desafios crônicos da doença, de modo que essas práticas terapêuticas auxiliem na melhoria da saúde física e emocional desses pacientes.



CAPÍTULO 25

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL

ANALYSIS OF ACTION STRATEGIES FOR THE PREVENTION OF RECREATIONAL MARIJUANA USE IN BRAZIL

 10.56161/sci.ed.20250217C25

Idalina Vitória da Silva, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0006-4698-3139>;

Jaciane Celestino da Silva, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0007-3091-2683>;

Luisy Maria Santiago Lessa Luz, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0002-2531-886X>;

Kauany de Queroz Fernandes, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0002-3688-6379>

Ana Karla santos da Silva Felipe, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0001-9094-7323>;

João Vitor Araujo do Nascimento Silva, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0000-9373-9696>;

Amanda Gabrielly Tenório Venancio, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0003-0571-3210>

Orientador(a): Maria Aline Barros Fidelis de Moura, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0000-0002-8068-8946>

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a condução das políticas públicas relacionadas à prevenção do uso recreativo de maconha no Brasil, com ênfase na nova Política Nacional sobre Drogas



(PNAD) e no Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental. Para isso, foi realizada uma revisão documental de políticas públicas e iniciativas preventivas em todas as capitais brasileiras, utilizando relatórios institucionais, documentos governamentais e portais de transparência. Os resultados apontaram a existência de modelos bem estruturados de prevenção, ao mesmo tempo em que revelaram lacunas em algumas regiões, evidenciando desafios na implementação eficaz das ações. Conclui-se que estratégias preventivas integradas, baseadas em evidências e alinhadas à PNAD, são fundamentais para combater o uso recreativo de maconha no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de Saúde; Prevenção do Uso Indevido de Drogas; Saúde pública; Cannabis.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the implementation of public policies related to the prevention of recreational marijuana use in Brazil, focusing on the new National Drug Policy (PNAD) and the Institutional Program on Drug Policies, Human Rights, and Mental Health. To achieve this, a documentary review of public policies and preventive initiatives in all Brazilian capitals was conducted, using institutional reports, government documents, and transparency portals. The results indicated the existence of well-structured prevention models, while also revealing gaps in some regions, highlighting challenges in the effective implementation of actions. It is concluded that integrated preventive strategies, evidence-based and aligned with PNAD, are essential to combat recreational marijuana use in Brazil.

KEYWORDS: Public Health Policies; Prevention of Misuse of Drugs; Public health; Cannabis.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a crescente preocupação com o consumo de maconha e suas implicações para a saúde pública levou a uma revisão significativa das políticas nacionais sobre drogas. A revisão da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) em 2019 não foi apenas uma resposta ao aumento do consumo, mas também uma tentativa de alinhar as estratégias de prevenção e tratamento com as melhores práticas internacionais. Essa reformulação reflete a necessidade de uma abordagem mais integrada, que leve em conta não apenas o combate ao uso de drogas, mas também a promoção da saúde mental e o fortalecimento dos direitos humanos. A criação do Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental em 2023 é um exemplo claro dessa nova direção. O programa visa não apenas tratar os usuários de drogas, mas também promover um diálogo mais amplo com a sociedade, integrando diversas áreas do conhecimento e políticas públicas. Esse programa amplia os esforços anteriores e busca uma abordagem mais holística para enfrentar os desafios impostos pelo uso de substâncias psicoativas como a maconha, levando em consideração fatores sociais, psicológicos e econômicos que influenciam o consumo e a dependência.



O Brasil tem investido em políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas são necessárias abordagens mais humanas, intersetoriais, descentralizadas, democráticas e participativas em relação ao uso de drogas, fazendo-se necessária a implementação de políticas públicas para lidar com tal problemática. Além disso, justamente devido ao aumento do consumo de drogas ilícitas no Brasil, existe a necessidade de ampliar as discussões sobre a prevenção do uso de drogas, envolvendo educadores, pais e comunidade em um processo estruturado que integre e comprometa instituições e setores com a responsabilidade conjunta de promover e prevenir a saúde da população, visando melhores condições de saúde. (Büchele; Coelho; Lindner, 2009). Ademais, de acordo com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), todas as iniciativas relacionadas à prevenção, tratamento, segurança, reintegração social, estudos e pesquisas devem estar alinhadas com o compromisso, cooperação e parceria entre diversos setores da sociedade, incluindo órgãos governamentais e não governamentais.

Assim, cabe aos municípios a responsabilidade de coordenar e integrar essas ações com os diferentes níveis de governo e com a sociedade civil. Portanto, este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias e a condução das ações de prevenção ao uso de maconha no Brasil, a partir de 2019, com foco na nova PNAD e no Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental de 2023. Através desta análise, espera-se identificar as melhores práticas e os desafios enfrentados na implementação dessas políticas, bem como propor recomendações para aprimorar as estratégias de prevenção ao uso de maconha no país.

O objetivo deste estudo é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira. Diante desse cenário, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão da eficácia das políticas de prevenção ao uso recreativo da maconha no Brasil, considerando as diretrizes da PNAD e do Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental. Ao analisar as iniciativas inovadoras nas capitais brasileiras, este estudo pretende identificar boas práticas, apontar fragilidades e sugerir estratégias para aprimorar a prevenção do uso de drogas.

2. METODOLOGIA:

No presente estudo, uma amostra composta pelas capitais brasileiras, com foco nas ações de prevenção ao uso recreativo da maconha. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes como documentos oficiais e relatórios disponibilizados por secretarias de saúde e órgãos similares de cada capital, além de sites institucionais e portais de transparência.



A metodologia de coleta baseia-se na revisão de documentos e informações públicas disponíveis nas plataformas digitais das secretarias de saúde e órgãos relacionados, garantindo a utilização de dados acessíveis e atualizados.

Os procedimentos adotados incluíram, inicialmente, a identificação e listagem dos programas e ações externas para a prevenção do uso recreativo de maconha em cada capital. As informações coletadas incluem os objetivos de cada programa, as atividades realizadas e os recursos utilizados. Posteriormente, os dados foram organizados em uma tabela que continha as seguintes colunas: Nome da Capital, Nome do Programa/Projeto, Avaliações ou Resultados Disponíveis e Link de Referência.

Na fase de análise, as ações de prevenção foram comparadas entre as capitais para identificar padrões e diferenças importantes. Também foi realizada uma avaliação da eficácia das ações com base nos resultados e nas avaliações disponíveis, além de um exame do alinhamento dessas ações com as diretrizes e políticas previstas pela Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

3. RESULTADOS

A pesquisa revelou uma diversidade de abordagens nas ações de prevenção ao uso recreativo de maconha nas capitais brasileiras. As estratégias variam amplamente, refletindo tanto as prioridades locais quanto a integração com políticas nacionais e estaduais. A análise das iniciativas revelou exemplos notáveis de boas práticas, bem como áreas que necessitam de aprimoramento.

Segue abaixo a tabela demonstrativa sobre as políticas à prevenção ao uso recreativo da maconha em cada capital:

Ações e Programas de Prevenção ao Uso Recreativo de Maconha nas Capitais Brasileiras

Capital	Nome do Programa	Resumo sobre as Ações de Combate ao Uso da Maconha	Link de referência
----------------	-------------------------	---	---------------------------



Aracaju (SE)	Programa Saúde na Escola (PSE)	Prevenção de iniciação à criança, adolescentes e jovens no uso do tabaco/cigarro eletrônico. Mantendo ainda as reuniões colegiadas entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação para discussão de ações de planejamento e fortalecimento do PSE, com a temática do uso de álcool, crack e outras drogas pelo público infanto-juvenil	https://saude.se.gov.br/secretaria-de-estado-da-saude-promove-acoes-de-combate-as-drogas-e-o-alcoolismo/
Belém (PA)	Prevenção, Tratamento e Redução de Danos de Consumo de Drogas (Cenpren): Seju nas escolas	Ações de qualificação e educação referentes à conscientização, além de atividades desenvolvidas pela rede pública estadual. O projeto leva aos estudantes e responsáveis informações sobre práticas saudáveis e prevenção ao uso de drogas.	https://www.seju.pa.gov.br/node/301
Belo Horizonte (MG)	Plano Mineiro Intersetorial	O plano busca reduzir a demanda por drogas através de ações preventivas e de tratamento, integrando saúde, educação e assistência social.	https://social.mg.gov.br/images/SUPOD/Plano-Mineiro-Intersetorial-2021.pdf
Boa Vista (RR)	Coordenação da Políticas de Enfrentamento às Drogas do Estado de Roraima – CPEDRR.	Política Pública de Enfrentamento às Drogas propõe a execução de ações: de prevenção; atenção; reabilitação psicossocial; reinserção social de usuários de álcool, crack e outras drogas. Visa o desenvolvimento e fortalecimento das ações de prevenção como: Drogas Zero - prevenção em movimento e Trilhas da Prevenção -	https://setrabes.rr.gov.br/politica-publica-de-prevencao-ao-uso-de-drogas/



		escolhas que contam.	
Brasília (DF)	Programa Acolhe DF.	Prevenção do uso indevido de drogas, atenção, acolhimento e reinserção socioeconômica de dependentes químicos de álcool e outras drogas, executado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Desenvolvido por equipe multiprofissional, composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos administrativos, ou outros profissionais, tendo como público-alvo dependentes químicos.	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/102e150b53024a65b6059fa0a617d60f/Decreto_42141_28_05_2021.html#:~:text=Art.e%20Cidadania%20do%20Distrito%20Federal.
Campo Grande (MS)	CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS SETDIG Secretaria-MS	Compromisso e do direcionamento harmonioso e cooperativo dos diversos segmentos sociais, compreendendo todos os níveis de Governo e da sociedade civil, em consonância com a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), tendo como meta a qualidade de vida e a promoção da saúde,	https://www.cead.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/POLITICA-DE-DROGAS-CEAD-MS.pdf
Cuiabá (MT)	Mato Grosso Contra as Drogas.	Abordagem ampla de segurança e prevenção, que envolve tanto repressão ao tráfico quanto ações de conscientização. Iniciativas de conscientização como o projeto Gênesis Rap nas Escolas, têm impactado comunidades escolares e familiares em Cuiabá.	https://agenciadenoticias.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-realiza-26a-semana-de-politicas-de-prevencao-as-drogas/ https://matogrossomais.com.br/2024/06/26/instituto-inca-leva-palestra-show-de-combate-as-drogas-para-caceres-e-cuiaba/



Curitiba (PR)	Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas.	O Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas consolida estratégias de estímulo aos fatores de proteção, com foco prioritário em intervenções voltadas ao público jovem.	https://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/sites/dep/sd/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/plano_estadual_de_politicas_publicas_sobre_drogas_2023_-_2026.pdf
Fortaleza (Ce)	Plano Estadual de Políticas Sobre Drogas.	Ações voltadas à política sobre drogas sejam realizadas contribuindo para o fortalecimento desta política pública e garantia de direitos das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.	https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/05/06_PLANO_ESTADUAL_PSD_09.04.24.pdf
Florianópolis (SC)	Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa (ALESC).	Abordagem intersetorial que inclui prevenção ao uso de drogas e assistência à recuperação de dependentes. Embora Florianópolis não tenha um programa local específico voltado apenas para o combate à maconha, o estado de Santa Catarina adota uma política que envolve áreas de segurança, saúde, assistência social e educação, buscando reduzir tanto o consumo quanto o tráfico de drogas	https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia-single/prevencao-e-combate-as-drogas-em-debate-no-mes-de-junho
Goiânia (GO)	Ministério Filantrópico Terra Fértil - Casa Lar Adonai. Assessoria de Políticas Sobre Drogas	A comunidade terapêutica é considerada pelo Governo Federal como modelo, pois trabalha de maneira articulada com outros serviços de redes de proteção ao adolescente, como saúde, rede socioassistencial e	https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/comunidade-terapeutica-em-goiania-e-referencia-no-acolhimento-de



		acompanhamento escolar.	adolescentes-que-querem-se-livrar-das-drogas https://www.goiania.go.gov.br/orgao/agencia-da-guarda-civil-metropolitana/secretario-executivo/assessoria-de-politicas-sobre-drogas-2/
João Pessoa (PB)	Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD de João Pessoa.	Órgão de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), tem por fim integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas no âmbito da redução e prevenção da demanda do uso indevido de drogas.	https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/conselho-municipal-antidrogas-comad/
Macapá (AP)	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência	Desenvolvido em parceria com as polícias militares e escolas, com o objetivo de prevenir o uso de drogas e a prática da violência entre crianças e adolescentes.	https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1503/governo-do-amapa-retoma-039-proerd-pe-na-estrada-039-para-levar-prevencao-as-drogas-nas-escolas-de-todo-o-estado
Maceió (AL)	Política Estadual Antidrogas	Atividades de conscientização e programas de reabilitação para usuários de maconha; ações com o objetivo de desestimular o uso de álcool e outras drogas para toda a comunidade escolar, de forma integrada à política de educação do Estado	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=416282



<p>Manaus (AM)</p>	<p>Política Sobre Drogas – GPAD.</p> <p>Semana Estadual de Políticas sobre Drogas no âmbito do Estado do Amazonas.</p>	<p>Compete articular atividades de prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, definindo estratégias e elaborando planos, programas e procedimentos na esfera de sua competência para alcançar os objetivos propostos na Política Nacional sobre Drogas.</p>	<p>https://www.sejusc.am.gov.br/politica-sobre-drogas/</p> <p>https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2019/10/172</p>
<p>Natal (RN)</p>	<p>Plano Municipal de Políticas sobre Drogas do Rio Grande do Norte</p>	<p>Promover a redução de danos associados ao uso de drogas, prevenir o uso abusivo e garantir que os serviços de saúde e assistência social sejam acessíveis para aqueles que necessitam de apoio. Esse plano busca implementar ações integradas que envolvem prevenção, tratamento, reintegração social e medidas de segurança, sempre com foco na saúde pública e na proteção dos direitos humanos.</p>	<p>https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sem-des/COMUD/PlanoMunicipalPPDrogas2aEdv2.pdf</p>
<p>Palmas (TO)</p>	<p>Dia de Prevenção e Combate às Drogas.</p>	<p>Fica instituído no calendário oficial do Estado do Tocantins o “Dia de Prevenção e Combate às Drogas”, a ser celebrado no dia 26 (vinte e seis) de junho de cada ano, data internacionalmente formalizada pela ONU como o Dia Internacional de Combate às Drogas, bem como a Campanha de Prevenção e Combate às Drogas, a ser promovida anualmente durante todo o mês de junho, com a finalidade principal de conscientizar a população</p>	<p>https://sapl.al.to.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2020/1466/pl_2020_-_institui_o_dia_estadual_de_combate_as_drogas.pdf</p>



		<p>acerca</p> <p>dos prejuízos, riscos e custos sociais representados pelo uso de drogas e outras substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.</p>	
Porto Alegre (RS)	Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONED).	<p>Órgão competente por acompanhar e atualizar a Política Estadual sobre Drogas, assim como por articular, integrar, coordenar e executar as atividades relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas. Além da atenção e reinserção social dos usuários e dependentes e de repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas.</p>	<p>https://justica.rs.gov.br/conselho-estadual-de-politicas-sobre-drogas-coned#:~:text=O%20Conselho%20Estadual%20de%20Pol%C3%ADticas,d%20uso%20indevido%20de%20drogas.</p>
Porto Velho (RO)	<p>Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas</p> <p>Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Conepod).</p>	<p>Realiza atendimento ambulatorial para usuários a partir de 17 anos completos de ambos os sexos, que necessitam de tratamento da dependência química de álcool e outras drogas psicoativas(maconha, crack, cocaína, psicotrópicos e outros).</p> <p>O Governo de Rondônia, por meio do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Conepod) e da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), realiza anualmente a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, com o tema “Educar é prevenir: o caminho para um futuro sem drogas”.</p>	<p>https://rondonia.ro.gov.br/com-o-tema-educar-e-prevenir-semana-nacional-de-politicas-sobre-drogas-e-aberta-em-porto-velho/</p>
Recife (PE)	Sistema MAIS Recife.	<p>Tem na palavra MAIS a formação de um acróstico que destaca seus pilares de atuação, sendo M = Mobiliza, A = Acolhimento, I = Integração e S = Sistematização. Gerenciado</p>	<p>https://www2.recife.pe.gov.br/servico/sistema-mais-recife-de-politicas-sobre-drogas?op=MTQx</p>



		<p>pela Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas do Recife, o Sistema MAIS Recife se sustenta em três pilares estratégicos de prevenção, cuidado e reinserção social.</p>	
Rio Branco (AC)	<p>Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned).</p>	<p>Propor políticas estaduais sobre drogas; elaborar planos; supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas ao tráfico e uso de drogas e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica; em concordância ao Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.</p>	<p>https://agencia.ac.gov.br/secretaria-de-justica-e-seguranca-publica-reativa-conselho-estadual-de-politicas-sobre-drogas/</p>
Rio de Janeiro (RJ)	<p>Álcool e Outras Drogas</p>	<p>Estratégias e programas para serem aplicados em escolas, comunidades e instituições sociais, destacando a importância da educação e da conscientização. Além disso, sugere métodos para avaliar e monitorar essas ações, fornecendo também recursos e materiais úteis para apoiar a implementação das estratégias de prevenção.</p>	<p>https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6552790/4176314/GuiaAD_reunido.pdf</p>
Salvador (BA)	<p>Programa Corra pro Abraço.</p>	<p>Através da Superintendência de Política sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (Suprad), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES),</p>	<p>https://corraproabraco.ba.gov.br/o-corra/</p>
São Luís (MA)	<p>Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.</p>	<p>Reafirmação e integração das políticas públicas nas intervenções sociais, para que as ações, em articulação com os movimentos sociais e por meio das Organizações da Sociedade Civil, contribuam para o enfrentamento ao uso</p>	<p>https://www.saude.ma.gov.br/destaques/plano-estadual-de-politicas-publicas-sobre-drogas-garante-assistencia-em-saude-a-dependentes-quimicos/#:~:text=O%20Plano%20estabelece%20como%20prioridade,uso</p>



		de drogas no estado.	%20de%20drogas%20no%20estado.
São Paulo (SP)	Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas no município de São Paulo.	<p>Objetivo de executar ações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, especialmente aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social, visando à redução de danos provocados pelo consumo abusivo e assegurada a autonomia, direito à saúde, proteção à vida e singularidade dos indivíduos.</p> <p>No âmbito da prevenção: desenvolver ações integradas de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, voltadas tanto à população vulnerável quanto à população geral.</p>	<p>https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17089-de-20-de-maio-de-2019</p>
Teresina (PI)	Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer.	Execução, coordenação e o controle das ações relacionadas à redução da demanda de drogas no território do estado, de acordo com o estabelecido pela Política Estadual sobre Drogas e Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, na forma deliberada pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.	<p>https://antigo.pi.gov.br/noticias/nova-coordenadora-de-enfrentamento-as-drogas-diz-que-gestao-sera-aberta-e-eficaz/</p>
Vitória (ES)	Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas (REDE ABRAÇO).	<p>Promove o bem estar e o cuidado a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas, aos seus familiares e à comunidade em geral.</p> <p>A organização sustenta-se em quatro eixos basilares: prevenção, tratamento, reinserção social e estudos, pesquisas e avaliações. Embora cada eixo tenha características</p>	<p>https://ocid.es.gov.br/programa-estadual-de-acoes-integradas-sobre-drogas#:~:text=O%20Programa%20Estadual%20de%20A%C3%A7%C3%B5es,e%20%C3%A0%20comunidade%20em%20geral.</p>



		específicas, é de fundamental importância que suas ações se desenvolvam de maneira integrada e, muitas vezes, transversais, de maneira que um eixo complemente e fortaleça o outro.	
--	--	---	--

4. DISCUSSÃO

Algumas cidades implementaram políticas bem estruturadas e alinhadas com a PNAD, como São Paulo, Recife e Belo Horizonte. Essas capitais demonstram uma abordagem intersetorial robusta, com programas que envolvem educação, assistência social e saúde pública. Estudos indicam que essa integração entre diferentes setores potencializa os efeitos das ações preventivas e contribui para uma redução mais significativa do uso de drogas (Goulart, 2021).

Capitais com boa performance, como Belém, Florianópolis e Goiânia, apresentam iniciativas consistentes, mas ainda possuem lacunas na prevenção específica ao uso da maconha. Muitas dessas cidades adotam programas mais abrangentes sobre drogas, sem direcionamento específico para essa substância, o que pode comprometer a efetividade das ações.

Por outro lado, algumas capitais, como Aracaju, Cuiabá e Boa Vista, demonstram deficiências na implementação de programas preventivos direcionados. A ausência de financiamento adequado, dificuldades na articulação entre órgãos públicos e falta de capacitação de profissionais são fatores que impactam negativamente essas iniciativas (Carvalho, 2020). Ademais, a falta de monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas impede ajustes necessários para otimizar suas abordagens.

Outro ponto relevante é a disparidade regional na implementação das políticas de prevenção. Enquanto algumas capitais têm forte colaboração entre secretarias e órgãos públicos, outras enfrentam dificuldades na manutenção dessas ações a longo prazo. Essa realidade reforça a necessidade de políticas mais uniformes e alinhadas nacionalmente, garantindo que boas práticas possam ser replicadas em diferentes contextos.

Dessa forma, é essencial que as ações preventivas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas. Sugere-se que futuros estudos investiguem a percepção da população sobre essas políticas e explorem maneiras de fortalecer a articulação entre os diferentes setores envolvidos na prevenção ao uso de maconha.



5. CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que algumas capitais brasileiras implementaram abordagens bem-sucedidas para prevenir o uso recreativo de maconha, enquanto outras ainda enfrentam desafios na execução de políticas eficazes. A adoção de estratégias mais direcionadas e baseadas em evidências pode contribuir significativamente para fortalecer a prevenção e mitigar impactos adversos do uso da substância no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BÜCHELE, F.; COELHO, R.; LINDNER, C. **Prevenção do uso de drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CARVALHO, P. A. **Drogas e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Universitária, 2020.
- DIAS, V. P. **Abordagens interdisciplinares sobre drogas e políticas públicas**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.
- GOMES, F. R. **Estratégias de comunicação na prevenção do uso de drogas**. *Comunicação & Saúde*, v. 10, n. 1, p. 45-62, 2019.
- GOULART, S. L. **Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: uma revisão de literatura**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 1029-1041, 2021.
- MENDES, J. P. **Avaliação de programas de prevenção ao uso de drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- OLIVEIRA, R. S. **A eficácia das políticas de redução de danos**. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 47, n. 2, p. 85-99, 2021.
- PACHECO, L. M. **Cannabis medicinal e saúde pública**. *Jornal Brasileiro de Toxicologia*, v. 30, n. 4, p. 112-127, 2018.
- PBPD – PROGRAMA BRASILEIRO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS. **Guia sobre política de drogas para municípios**. Brasília: PBPD, 2020.
- SOUZA, T. F. **Impacto das drogas na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sul, 2022.

